

Presentes:

Membros do Conselho:

Adalberto Sabino – CORESAN Paranavaí; Adriane Leandro – SESA; Ana Carolina Pedroso de Almeida – IDR-PR; Célio da Silva Correia – CORESAN Cornélio Procópio; Cristiellen Rizzon Massaroli – CORESAN de Dois Vizinhos; Cristina Klobukoski – SESA; David Pereira Brito – CORESAN Apucarana; Doris de Fátima Iantreski – CORESAN Guarapuava; Flávia Anastácio de Paula – CORESAN Cascavel; Ivori Aldomar Weide Fernandes - CORESAN Francisco Beltrão; Janaiara Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; José Adão Faria – CORESAN Irati; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Luiz de Mauro – SUDIS; Maria Isabel Pereira Correa – CORESAN Ponta Grossa; Márcia Cristina Stokarski – SEAB; Marilze Brandão de Assis – CORESAN Maringá; Maurício Barcellos Degelman – CORESAN Curitiba; Murilo Wendel Luiz - SANEPAR; Norberto Anacleto Ortigara – SEAB; Patrícia Chiconatto – CORESAN Guarapuava; Rosângela Mara Slomski Oliveira – SEED/FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Selfa Barbosa Vilela – CORESAN Cianorte; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana; Timóteo Borges de Campos – SUDIS; Rozane Osaki – CORESAN Paranaguá.

Outros Participantes: Afonso Takao Murata - UFPR; Augusta Pelinski Raiher – UEPG; Ellen Kayumi Mariano; Gabriela Sell Huguen - Estagiária de Serviço Social do CAOPJDH/MPPR; Ingridy Hartmann - Residente Técnica DVVSA/CVIS/DAV/SESAPR; Isabella Andreola – SEMI; Jacqueline Camargo; Janete Sacht – AGRIVEL; João Humberto Teotônio – ADAPAR; João Maria dos Santos – SEAB Cascavel; João Pedro Montanino Tarastchuk – Estagiário SEAB/CONSEA; Júlia Momii - Residente técnica da SESA - DAV/CPRO/DVPAF; Loreni Oliveira – SEAB Laranjeiras do Sul; Nair Lúcia Jung – SEAB Londrina; Rita Kapasi – SEAB Dois Vizinhos; Rosani Schneider; Roselene Sonda – CAOPJDH/MPPR;; Solange Soprani – SEAB Cascavel; Tatiani Macarini – SEMI.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Aprovação de pauta e ata
2. Políticas públicas da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial – Deputada Federal Leandre dal Ponte/Secretária de Estado
3. Mapeamento de Insegurança Alimentar, a experiência no município de Ponta Grossa – Professora Doutora Augusta Pelinski Raiher/UEPG
4. Monitoramento do Plano de SAN 2020-2023 – SESA
5. Informes DESAN/SEAB
6. Relatos das Coresans quanto à organização das conferências
7. Encerramento

Memória: Dando início à reunião, a presidente do CONSEA Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes, agradecendo a participação de todas e todos e encaminhando a aprovação da pauta com posterior discussão de temas gerais. Passada a palavra ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, Norberto Anacleto Ortigara, comenta acerca da retomada de Brasília na participação em programas de Segurança Alimentar e Nutricional. Explica que houve avanços dessa pauta, tendo em vista que a sociedade brasileira voltou o olhar para a expressiva parcela de pessoas que tem dificuldade de acesso a alimentos, principalmente no cenário de alta inflação, que corroía orçamentos já minguados. Em consequência disso, houve criação de mecanismos que reforçam a atenção aos orçamentos públicos para a SAN ou na articulação com a indústria privada para parcerias. Alega o Secretário que a política realizada pela CAISAN Estadual e comissões municipais tem feito um importante trabalho durante a pandemia e pós pandemia, mesmo com a ausência da política federal. Quanto à agricultura, o secretário afirma que houve um pequeno retrocesso em decorrência do abrandamento fiscal do final de 2022, reduzindo drasticamente os orçamentos do Estado e seus municípios, em decorrência da modificação legislativa que reduziu a arrecadação da tributação de energia elétrica e combustíveis. Quanto ao Programa Leite das Crianças, Ortigara alega que para a manutenção do programa que completa 20 anos, foi necessário deslocamento dos fundos da base da saúde, sendo agora custeado pelo fundo de combate à pobreza. Junto do Programa Leite das Crianças, há outras iniciativas, como os Restaurantes Populares, Cozinha Escola, Cozinha Comunitária, hortas comunitárias urbanas, Compra Direta, Paraná Mais Orgânico. Em conclusão, o secretário reputa que além de o Paraná ser o estado que mais aderiu ao SISAN, o estado possui um conjunto de políticas que é bom, mas que pode ser aperfeiçoado pelo estudo do propósito das políticas, criando bases sólidas que possam socorrer as parcelas mais vulneráveis da população. A presidente do CONSEA, Roseli Pittner, agradece a presença do secretário, reforçando que o Paraná pode não ter verba para todas as despesas, mas que o Estado elaborou bons programas dentro da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Em seguida, passa a palavra para a deputada Leandre Dal Ponte, Secretária de Estado da Mulher e da Igualdade Racial, para que elucide o trabalho desenvolvido em tal secretaria. No uso da fala, a deputada agradece o convite e registra o avanço no estado do Paraná pela criação da Secretaria da Mulher e da Igualdade Racial por iniciativa do Governador do Estado, Senhor Ratinho Júnior, e colocando-a à disposição do CONSEA para contribuir nas demandas da população, e que possam ser implementadas políticas públicas que reduzem a desigualdade social no Estado, mudando histórias de vida. Explica que é uma felicidade poder contar com o Conselho Estadual dos Direitos pela Mulher, o Terceiro Plano Estadual pelos Direitos das Mulheres e o novo Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, recentemente implementado, mesmo que a secretaria tenha sido criada no início de 2023. Assim, os primeiros esforços da secretaria são concretizados pela Diretoria de Igualdade Racial, coordenado pela Professora Cremilda, em ações emergenciais junto aos povos indígenas, encaminhando mais de dez mil cestas básicas, o que não é o suficiente, mas que seguramente traz socorro às comunidades. Ainda, instigam o potencial produtivo das comunidades tradicionais, principalmente quanto à produção orgânica com assistência técnica e arranjos de produção, como consórcios e cooperativas, no intuito de fornecer parte dos resultados com todo o estado, inclusive na merenda escolar. Também estão sendo realizadas ferramentas de gestão de informação, no desenvolvimento de um B.I., requerendo o compartilhamento de informações para que as políticas vindouras da Secretaria da Mulher e Igualdade Racial sejam efetivas. Encerrada a apresentação de Leandre dal Ponte, Maria Isabel, conselheira da CORESAN Ponta Grossa, aponta que a situação de insegurança alimentar em comunidades indígenas foi constatada pelo CONSEA, de modo que foi estudada a proposta de os indígenas levarem a comida das casas de passagem após a estadia para as aldeias. Explica, ainda, que há poucos dados sobre as populações indígenas e povos originários, de

maneira que não há exatidão na proposta de demandas. Assim, é necessária a elaboração de um mapa pela CAISAN e secretarias, que contenha todas as informações das comunidades, os recursos destinados a cada uma delas, quais os programas vigentes ali, quantas pessoas estão no CadÚnico. Em complemento, o secretário executivo Valdenir Veloso Neto, menciona que é importante a convocação pela Secretária de Estado da Mulher e Igualdade Racial de todos os conselhos, nas pessoas do presidente, vice e secretário executivo, para a elaboração de políticas públicas permanentes para os indígenas e povos originários, por conselhos que possuem as verbas necessárias. Em resposta aos apontamentos anteriores, Leandre dal Ponte explica que está em contratação um serviço de levantamento de dados das comunidades e povos originários para o B.I., ainda, explica que foi consolidado o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná, que está atualmente em processo de marcar a conferência estadual, em que serão escolhidas as lideranças da sociedade civil para compor o Conselho. Encerrada a fala da Secretária de Estado da Mulher e Igualdade Racial, a presidente Roseli Pittner passa a palavra à Profª Augusta Pelinski Raiher da UEPG, que apresenta o resultado da pesquisa sobre o mapeamento da insegurança alimentar em Ponta Grossa. O trabalho foi realizado no final do ano de 2021, com o objetivo de explorar e levantar dados acerca da insegurança alimentar, principalmente após a realização de outras pesquisas de nível nacional por amostragem. Explica que o trabalho foi realizado pelo Programa de pós-graduação em ciências sociais da UEPG, e que pretendia mapear toda a população de Ponta Grossa, entretanto, o núcleo enxuto composto por estudantes não poderia suprir a demanda, de maneira que restringiram a área da pesquisa para analisar somente a população vulnerável da cidade. De tal forma, analisaram toda a população que é atendida pelo CRAS, cadastradas via cestas básicas, que comporta mais de cinco mil famílias. Explica que as pessoas que já se encontravam em vulnerabilidade foram as que mais sofreram economicamente durante a pandemia de COVID-19, tendo recorrido a empregos informais, o que ocasionou em saída imediata do mercado de trabalho pelo isolamento social. Assim, num estudo de 5.305 (cinco mil, trezentas e cinco) famílias, pôde-se calcular a insegurança alimentar dessa população antes e depois da pandemia, com amostragem acadêmica e científica com margem de erro de 5%. Com base no levantamento de respostas, foi verificado que a insegurança alimentar não surgiu com a pandemia, apenas não era mapeada. Diante dessa constante de insegurança, não podem as medidas de SAN serem destinadas somente ao momento da pandemia, mas que a política social voltada para a mitigação da carência alimentar deve ser contínua. Para medir a situação de insegurança, foi utilizado o EBIA, composto por oito perguntas que buscam delinear o nível de insegurança, sem levar em consideração a qualidade da comida consumida. Dos resultados que o teste pode fornecer, verifica-se a resposta negativa em todos os campos implica em dizer que a pessoa se encontra em segurança alimentar, bastando somente uma afirmativa para ser configurada a insegurança. Assim, há graus que podem ser destacados, sendo eles: entre 1 a 3 afirmativas, caracteriza-se insegurança alimentar leve; entre 3 a 6, insegurança alimentar moderada; e de 6 a 8 é considerada insegurança alimentar grave, relacionada à condição de fome. Quanto aos resultados da pesquisa, 94% das pessoas que responderam encontram-se em situação de pobreza; sendo que 76% estão em extrema pobreza, ou seja, famílias que recebem até um quarto de salário mínimo per capita por mês. De todos os domicílios entrevistados, dos que tinham mulheres chefiando a casa, 95% eram os que mais estavam na condição de vulnerabilidade social, o que acentua o caráter de feminização da pobreza por todo o Brasil. Foram analisadas as rendas dos entrevistados antes da pandemia e depois, verificando que em 67% dos domicílios tiveram perda da renda após o COVID-19, tendo sido a perda média de R\$ 508,00 (quinhentos e oito reais), agravando a situação de pobreza. Isso se dá pelo desemprego causado, tendo o questionário apontado que em 65% dos domicílios houve o desemprego de pelo menos uma pessoa, esse número demonstra aumento em relação ao cenário anterior à pandemia, que era de 54% dos

domicílios com pelo menos uma pessoa desempregada. Outros dados apontam que 30% dos entrevistados estavam em situação de segurança alimentar no período anterior à pandemia, diminuindo esse número para 3%, ou seja, 97% dos entrevistados estão em situação de insegurança. Metade das pessoas está em grau máximo da situação de insegurança alimentar, dados extremamente preocupantes que foram levados imediatamente à prefeitura. Entretanto, os dados demonstram que houve agravamento da situação de insegurança alimentar. Ainda, houve preocupação por parte dos pesquisadores sobre os 49% de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade que passam fome, realizando estudos mais profundos: dos 30% de pessoas em segurança alimentar no período anterior à pandemia, 45% migrou diretamente para a insegurança alimentar grave; dos que estavam em insegurança alimentar leve, 39% permaneceram, 30% foram à insegurança moderada e 29% deslocaram-se à insegurança alimentar grave; dos 29% que estavam em insegurança alimentar grave antes da pandemia, a grande maioria permaneceu no mesmo nível. De tal maneira, diante dos dados analisados, verifica-se que há um círculo vicioso e uma rigidez no padrão da insegurança alimentar, que pode ultrapassar gerações, repercutindo as consequências da fome na infância imediatamente e em momentos futuros. Além do questionário do EBIA, foi perguntado aos entrevistados o número de refeições que eram realizadas, tendo a resposta de que as pessoas em insegurança alimentar faziam, no máximo, duas refeições por dia. Também houve perguntas acerca de possível substituição de refeição, tendo o levantamento de que os mais vulneráveis com frequência substituíam os alimentos por qualquer outro elemento, como água, bebida e cigarro. Diante dos resultados alarmantes, os pesquisadores também buscaram saber acerca das políticas públicas que de fato chegavam até essa população, levantando que havia sete programas presentes, indicados pelos próprios entrevistados. Mesmo havendo tais programas, 24% dos domicílios não acessava nenhuma das políticas públicas. Das pessoas em nível grave de insegurança, 21% não acessava tais políticas, o que pode acontecer por diversos motivos, como falta de conhecimento dos programas sociais e precária condição de acesso à obtenção de benefícios, como a dificuldade de transporte até o local em que há Restaurante Popular e o Mercado Família, e ausência de internet e telefone para cadastro e acesso. Analisou-se também que o acesso a pelo menos um dos programas é capaz de mitigar a situação de insegurança alimentar. Perguntados acerca do que é considerado comer bem, muitos responderam que comer todos os dias já conta como uma boa alimentação, enquanto as pessoas em condição de fome responderam que o ideal é não faltar comida, comer em todas as refeições, não passar fome, alimentar-se de comidas diferentes. Das respostas dadas, pôde ser realizada a divisão da população entrevistada em grupos, sendo eles: uma parcela estava preocupada com a saúde e já se encontrava em segurança alimentar; outra parcela disse que o importante é ter uma alimentação mínima para o sustento, esses majoritariamente em insegurança alimentar moderada e grave. Finalizado o relatório, os dados foram enviados à prefeitura de Ponta Grossa junto de sugestões, como fomentar, estimular e dar visibilidade ao CONSEA de Ponta Grossa; utilizar o banco de alimentos; descentralização do Restaurante Popular; e identificar os municípios que estão em situação de insegurança alimentar, algumas já sendo implementadas em parte. Iniciada a primeira sessão de perguntas e comentários, a conselheira Maria Isabel da CORESAN Ponta Grossa parabeniza o grupo de pesquisa pelo ótimo trabalho realizado; a conselheira Marilze da CORESAN Maringá sugere que deve haver um cruzamento de dados entre os programas e as famílias necessitadas, ainda, lembra que os CONSEAs estão em período de conferência, de forma que esses dados levantados pelas pesquisas devem fazer parte da pauta das reuniões e que a iniciativa de coleta de dados da UEPG poderia ser implementada em outras universidades; o conselheiro Murilo da SANEPAR faz questionamentos sobre o envolvimento da prefeitura de Ponta Grossa na pesquisa, se o projeto será mantido, sugerindo a inclusão de outras pessoas e informando as pessoas carentes sobre os programas de tarifa social de água e luz. Doutora

Augusta responde que o grupo de pesquisa é composto por estudantes universitários de diversas áreas, como ciências sociais, economia, direito e turismo, que elaboraram um rol grande de propostas de mudança que foi encaminhado à prefeitura; a prefeitura, por sua vez, teve o papel inicial de fornecer os contatos das pessoas em vulnerabilidade, e após a realização da pesquisa, a prefeitura reuniu os secretários do município para tomar conhecimento e discutir sobre os dados, em consequência disso, houve ampliação da Feira Verde, oferecimento de auxílio gás e mercado. Quanto à continuidade, informou a professora que se trata da segunda pesquisa realizada pelo grupo, sendo a primeira focado nos catadores de materiais recicláveis e que a próxima pesquisa será realizada com todos os alunos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que busca também delinear a situação dos estudantes cotistas por renda para a manutenção desses estudantes no meio acadêmico. Ainda, explica que houve o cruzamento de políticas e que em virtude da especificidade dos programas, ainda não há cobertura completa e não retira a pessoa completamente da insegurança alimentar, mas que ajuda muito na redução. Iniciando o segundo bloco de perguntas, a conselheira Flavia questiona se durante a pesquisa os entrevistados manifestam-se acerca de eventuais necessidades alimentares específicas, visto que a associação observou haver um triplo negativo por não serem vistas, cadastradas ou atendidas. Tatiane, membro da Secretaria de Estado da Mulher e da Igualdade Racial, explica que o trabalho do grupo de pesquisa será muito importante para o censo que será realizado no B.I. Em resposta aos novos questionamentos, a doutora Augusta Raiher clarifica que não foram levantados tais dados de necessidades alimentares específicas e que a sugestão dessa inclusão é bem-vinda e constará nas novas pesquisas a serem realizadas. Respondidas as perguntas a professora Augusta Pelinski Raiher agradece a oportunidade e se despede. A presidente Roseli Pittner apresenta a próxima palestrante, Cristina Klobukoski, conselheira da SESA, que apresentará o monitoramento do plano estadual de SAN 2020-2023 das ações da SESA. A secretaria tem como missão formular, desenvolver e gerir a política estadual de saúde para fortalecer o SUS em consonância com as realidades regionais, apoiada na participação da sociedade, visando a qualidade da saúde da população. Sua principal função é garantir o acesso aos serviços que visam a promoção, proteção e recuperação da saúde da população em todo o estado. Explica que as ações de SAN da SESA envolvem três coordenadorias com suas respectivas divisões, como a coordenadoria de promoção da saúde, promoção da alimentação saudável e atividade física, e coordenadoria de vigilância ambiental e sanitária de alimentos. Assim, a Secretaria possui 13 metas, 30 ações e 5 eixos do plano de SAN. Quanto às medidas regulatórias em SAN, presentes no eixo 2, a meta 2.4 objetivava a revisão da norma de boas práticas de fabricação de alimentos processados por empreendimento familiar rural e seu licenciamento sanitário, comportada na resolução da SESA, nº 4 de 2017. A revisão no regulamento técnico está prevista a cada 5 anos, no art. 11 da resolução, de maneira que a SESA optou por realizar pesquisa sobre o regulamento, com o objetivo de fazer levantamento de informações que apontassem se o referido documento tende a que se propôs ou se necessitava de modificação. Essa pesquisa foi realizada no final do ano de 2021 com a obtenção de 188 questionários respondidos, 78,2% consideraram não haver necessidade de reescrever e publicar novo regulamento. Os resultados foram apresentados em reunião com o município e regionais de saúde em 2022, momento este de consenso geral de que não há necessidade da revisão de qualquer artigo da resolução. Em 2020 houve a publicação da Resolução da SESA nº 1.034 de 2020, em consonância com a lei de liberdade econômica que atribui grau de risco sanitário para fins de licenciamento, considerando que grande maioria das agroindústrias familiares são enquadradas como sendo de risco médio, obtêm licenciamento prévio utilizando esse processo, sendo essa uma meta já atingida. Quanto ao eixo 3, prevenção de agravos relacionados à alimentação, a meta 3.2, de realizar ações de prevenção e controle das principais deficiências de micronutrientes nos grupos prioritários da população do Paraná, com meta de 70% dos municípios

cadastrados em 2023. Há três programas que fazem parte dessa meta: programa nacional de suplementação de Vitamina A, programa nacional de suplementação de ferro, e o NutriSUS, que não foi executado em 2021 e 2022, por conta de uma reformulação da estratégia de compra do insumo necessário. O indicador é o percentual de municípios aderidos aos programas nacionais de suplementação de micronutrientes com registros das doses nos sistemas de informação. A linha de base do programa de suplementação de vitamina A tinha 67% dos municípios que faziam o registro adequado, quanto ao de ferro eram 11% e do NutriSUS era de 82%, sendo que em 2022 os números para a Vitamina A quase atingiram a linha de base, e o de ferro teve aumento significativo nos anos de 2021 e 2022, porém houve mudança em relação aos programas nacionais de suplementação, que reformularam o público alvo, forma de realizar e quantidade, sendo uma delas o sistema de registro, assim, 2022 foi um ano de adaptação para a utilização de novo sistema de registro, passando a ser por Prontuário Eletrônico. Em relação à meta 3.3, de aumentar a cobertura populacional de avaliação do estado nutricional no sistema de vigilância alimentar e nutricional, o indicador era o percentual de cobertura populacional da avaliação do SISVAN, em que há a compilação de dados de peso e altura inseridos no sistema do Bolsa Família e Prontuário Eletrônico. A linha de base era de 12,4% da população com estado nutricional avaliado, tendo conseguido subir o número para 18,12% em 2021 e 27,8% em 2022 de avaliados. Quanto à meta 3.4, de implementar o programa Saúde na Escola no âmbito do estado do Paraná, a meta era de 85% dos municípios aderidos, tendo atingido a marca de 98,25% dos municípios aderidos, 392 municípios. Em 2022 o número subiu para 396, tendo sido atingida a meta. Quanto à meta 3.5, de implantar a linha de cuidado para prevenção e tratamento de sobrepeso e obesidade, foram realizadas diversas ações e escrita de documentos a serem pactuados no ano de 2022, sendo que em 2021 foi realizado um grupo de trabalho para discutir o documento e linha de cuidado, onde foram realizadas diversas discussões, foi iniciado o processo de escrita em 2021 e em 2022 houve a finalização do documento, que foi apresentado em âmbito nacional como uma experiência exitosa, de maneira que a meta foi atingida. Em relação à meta 3.6, estimular, apoiar e orientar os municípios para avaliação do estado nutricional das crianças beneficiárias do Programa Leite das Crianças, com meta de que 40% das crianças beneficiárias estivessem no registro de avaliação nutricional do SISVAN até 2023, indicador esse que teve muitos impactos durante a pandemia, apesar de a SESA não solicitar a interrupção desses acompanhamentos durante a pandemia, pode-se constatar que eles foram interrompidos, de maneira que a Secretaria tenta reaver os dados não coletados. Cristina aborda a dificuldade do Programa Leite das Crianças, programa estadual, em decorrência de não estar relacionado ao SISVAN, sistema nacional, ou seja, muitas crianças são acompanhadas, porém há subnotificação no cadastro. Em 2022 foram retomados os diálogos com os municípios para que façam o registro adequado, mas ainda há uma cobertura baixa. Em 2021, 17,3% da população com estado nutricional registrado no sistema da SESA e em 2022 foi de 17,52%, ou seja, ainda deve haver muita ampliação do registro. A meta 3.7 de implementar o programa Crescer Saudável no Paraná, que visa prevenção da obesidade infantil, que tem linha de base de aderência de 63% dos municípios, tendo atingido o objetivo com 305 municípios em 2021-2022. Entretanto, esse programa deixa de existir em 2023, tendo algumas das ações desse programa se deslocado para outras políticas públicas, com o Saúde na Escola e o Proteja. Quanto à meta 5.1, no eixo de Garantia de Acesso Regular e Permanente aos Alimentos, está o monitoramento de qualidade dos produtos cárneos e lácteos comercializados no varejo em serviço de inspeção municipal. Explica a conselheira que durante a pandemia os esforços dos vigilantes sanitários foram realocados, havendo redução do número de análises realizadas, tendo a linha de base de 478 análises, sendo que em 2020-2021 foram feitas 23-43 análises, e em 2022 foram 22 análises. Na meta 5.2, de monitoramento do uso de agrotóxicos em amostras de alimentos hortícolas, o indicador é o número

de análises realizadas, a linha de base é de 1.823 análises, sendo que de 2019 a 2021 foram feitas 715 análises e em 2022 foram 724. Quanto à alimentação escolar também há análise nos municípios de Araucária, Campo Mourão, Cascavel, Chopinzinho, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Londrina, Maringá, Paranaíba, Pato Branco, Pinhais, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e da CEASA e supermercados. Os resultados de 2019-2021 foram divulgados em março de 2023, sendo que os levantamentos das análises de 2022 serão divulgados em julho de 2023. Quanto à meta 5.3, de ampliar o programa estadual de resíduos de medicamentos veterinários de origem animal, o PANVET, a linha de base era zero, sendo que em 2021 foram realizadas 34 amostras e em 2022 foram feitas 66 amostras, tendo atingido a meta. A meta 5.4 de monitorar a qualidade do leite pasteurizado integral entregue nas escolas estaduais também sofreu interferências durante a pandemia de COVID-19; tendo que a linha de base era de 787 análises realizadas, em 2020 foram feitas 70, em 2021 foram 90 e em 2022 foram feitas 293 análises. Em relação à meta 6.1, de promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, o indicador era de 15 iniciativas realizadas até 2023, tendo sido realizadas 13 em 2021 e 4 em 2022, tendo atingido a meta. Dessa meta destacam-se o evento do dia mundial da alimentação com a distribuição de diversos materiais direcionados às escolas municipais e estaduais para que fosse trabalhado no programa Saúde na Escola, também foram distribuídos aos professores para que abordem a questão da alimentação saudável, e a reunião técnica com as referências regionais nas temáticas de promoção da saúde, tendo sido elaborada a cartilha de benefícios da alimentação orgânica e agroecológica, realizado webinar com a SEED sobre a alimentação saudável, e distribuído 115.000 (cento e quinze mil) unidades dos gibis da Turma da Mônica sobre a alimentação saudável. Em relação ao eixo 7, sobre observação do solo, qualidade hídrica e acesso à água, a meta 7.1 objetiva realizar ações de programa de vigilância de qualidade da água para consumo humano, com atividades de amostragem e envio para o laboratório de referência e análise de campo para os parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez, sendo que a linha de base era de 106,4% com resultado de 103% em 2021 e 100,1% em 2022. Encerrada a explanação e fazendo uso da palavra, a conselheira Maria Isabel questiona se há alguma individualização dos resultados das metas para cada regional, bem como a possibilidade dessa especificação para posterior uso das regionais. A conselheira Marilze comenta que o PSE é um programa nacional e questiona acerca da existência de programas estaduais no mesmo sentido, bem como se o PSE recebeu os recursos enquanto estava inativo. Respondendo às questões, a conselheira Cristina informa que há 396 municípios que aderiram ao Programa Saúde na Escola no ciclo 23-24, bianual, ou seja, quase todo o estado encontra-se aderido. Informa, ainda, que as verbas são disponibilizadas já no primeiro ano com o ato de aderir, enquanto as verbas do segundo ano são condicionadas ao cumprimento das metas estabelecidas para o primeiro ano. Explica que as verbas são disponibilizadas anualmente e que há regularidade no pagamento, sendo o primeiro o valor integral para o número de alunos das escolas pactuadas e no segundo ano com base nas ações que foram executadas. Quanto ao programa que foi descontinuado, trata-se do Crescer Saudável, vinculado ao Programa Saúde na Escola, que envolvia cinco ações: atividade coletiva de promoção da alimentação saudável e da atividade física, atendimento individual de crianças identificadas com obesidade, e avaliação de estado nutricional e de consumo alimentar. Ainda, elucida que apesar de não ter mais verbas específicas para este programa, os recursos continuam sendo enviados ao Programa Saúde na Escola. Quanto ao monitoramento do PSE pelos municípios, a conselheira Cristina clarifica que o controle é verificado pelo SISAB e é exercido para a disponibilização das verbas, devendo cumprir as três metas de cada ciclo. Encerrada a fala da conselheira da SESA, Cristina Klobukoski, a presidente Roseli Pittner, passa a palavra para Marcia Stolarski, conselheira da SEAB, que faz os informes do DESAN. A conselheira Marcia explica que está sendo efetuado o oitavo aditivo do Programa Leite das Crianças,

que irá permitir que o credenciamento seja feito com mais tranquilidade, visto que não haveria tempo hábil para novo credenciamento em decorrência da necessidade de 60 dias. Marcia relata a preocupação do DESAN quanto à redução no número de usinas da agricultura familiar, explicando que em 2009 havia 79 (setenta e nove) cooperativas da agricultura familiar que trabalhavam com leite e no momento há apenas 34 (trinta e quatro), havendo cinco regionais que não possuem usinas em suas jurisdições, de modo que o leite precisa se deslocar muito até o tratamento. Quanto ao Compra Direta, Marcia Stolarski informa que serão priorizados os alimentos essenciais para a alimentação, como arroz, feijão, frutas e hortaliças, retirando os produtos mais caros, como sucos e panificados, de modo a poder abranger um número maior de pessoas em vulnerabilidade cadastradas no CRAS. Informa que haverá um termo de responsabilidade dos municípios, com o compromisso de que haverá uma pessoa encarregada de fazer o recebimento de alimentos e equipar os CRAS com balança para aferir o peso dos produtos. A conselheira Marilze da CORESAN de Maringá comenta que o PAA virá para somar e ocasionará um saldo positivo e pergunta como pode ser sanado o descompasso entre a necessidade de número por pessoa e número por família nas entregas. Marcia responde que o PAA funciona de três formas: parte do recurso é direcionada ao CONAB, que contrata organizações da agricultura familiar; parte é vinculada ao estado com auxílio dos municípios, havendo seleção de pessoas físicas; e a parte final que o governo federal realiza com os municípios maiores, como Curitiba e Foz do Iguaçu. Márcia clarifica que os maiores gastos do Compra Direta se dão em temperos e panificados, sendo que os vulneráveis possuem mais dificuldade em obter o arroz e feijão, de maneira que o percentual de arroz deve subir para alimentar o maior número de pessoas. O conselheiro Murilo Wendel Luiz, SANEPAR, propõe que as prefeituras melhor estruturadas nas políticas de SAN auxiliem outros municípios que estão ou iniciando ou com dificuldade. Cristielen Rizzon Massaroli, CORESAN de Dois Vizinhos, questiona se o Compra Direta irá manter a compra de carne e ovos, produtos que não são baratos e que devem ser comprados com antecedência. A conselheira Marcia responde que os ovos serão mantidos com uma diminuição per capita para abranger mais municípios. Roseli Pittner pergunta se não há caso de concentração dos recursos em poucas cooperativas. Marcia Stolarski responde que consultou recentemente com o jurídico do DESAN para averiguar as possibilidades de execução, visto que não foram utilizados nem 50% dos valores destinados pelo Compra Direta. David Pereira Brito, conselheiro da CORESAN de Apucarana, apresenta dois casos de sua regional acerca de inadimplementos de algumas cooperativas, que Marcia Stolarski comprometeu-se de averiguar. A presidente Roseli propõe a discussão sobre a possibilidade de não participação das cooperativas que não entregarem o total do contrato, de modo a evitar novas situações. Encerradas as questões, a conselheira Márcia se despede agradecendo a todas e todos e a presidente Roseli Pittner encerra a reunião plenária agradecendo a participação dos presentes.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO

Secretário Executivo do CONSEA/PR

Agente Técnico Profissional da SEAB